



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon *Estado do Paraná*

VETO PARCIAL Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 16/2025-L

Data: 02 de julho de 2025

PARECER nº 29/2025

Comissão Permanente de Justiça e Redação

Os Vereadores que abaixo subscrevem, membros da Comissão Permanente acima nominada, em reunião realizada em 06 de agosto de 2025, na sala de reuniões desta casa de leis, passam a deliberar a seguinte matéria legislativa: Veto Parcial nº 02/2025 ao Projeto de Lei nº 16/2025, de autoria do vereador Rafael Cristiano Heinrich.

Nas razões do veto, o prefeito Adriano Backes destaca que, em que pese a louvável iniciativa do autor em apresentar e ter aprovado um projeto de lei que versa sobre a criação do dia municipal da apraxia de fala na infância, definindo o dia 14 de maio como dia de realização de ações de conscientização e fortalecimento dos meios terapêuticos, propondo obrigações na forma de ações secundárias ao Município, denota-se que o referido deve ser parcialmente vetado.

Ocorre que, ao submeter a proposição à análise jurídica e administrativa, restou evidenciado que o artigo 2º, §2º da proposição contraria preceitos constitucionais, normas legais e princípios estruturantes da Administração Pública, razão pela qual se impõe o veto a tal dispositivo.

Com efeito, o referido projeto de lei, incorre parcialmente em vício de iniciativa e consequente inconstitucionalidade, ao invadir competência privativa do Chefe do Poder Executivo para a deflagração de proposições legislativas que impliquem em criação de despesas públicas, em especial aquelas relativas à estrutura administrativa, contratação de pessoal, ou encargos que impactem o orçamento municipal.

Nos termos do artigo 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, aplicável subsidiariamente aos entes municipais, compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem sobre "criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração".

No caso em tela, a Lei Orgânica do Município de Marechal Cândido Rondon/PR reproduz este princípio da separação e harmonia entre os poderes, impedindo que o Poder Legislativo origine matéria que implique aumento de despesa sem prévia autorização orçamentária e iniciativa do Executivo, nos seguintes termos:

Art. 44 Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

"[...]"

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

"[...]"



Rua Tiradentes, 1120
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon *Estado do Paraná*

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.
[...]"

Cumpre considerar que ao criar obrigação de despesa, mediante contratação de profissionais como neuropediatras e terapeutas ocupacionais para participarem da avaliação interdisciplinar, sem o respectivo estudo de impacto financeiro e sem observar os princípios da responsabilidade fiscal e da legalidade orçamentária, o projeto compromete a gestão fiscal responsável, podendo gerar desequilíbrios orçamentários, configurando inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

Veja-se que, ainda que possa se interpretar que o projeto não declare expressamente a criação dos cargos na estrutura municipal, o encargo de exigir a participação de determinados profissionais na avaliação interdisciplinar, ainda que indiretamente, representa potencial gerador de despesa com vencimentos, encargos previdenciários, direitos trabalhistas e estrutura de apoio, sendo exigência da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que sejam observados a respectiva estimativa de impacto financeiro e indicação de fonte de custeio.

Por fim, impõe-se ressaltar que a previsão legal de participação de profissionais especializados, como neuropediatras e terapeutas ocupacionais, em avaliações interdisciplinares, acaba por exigir a presença de profissionais que não integram a estrutura da Atenção Primária à Saúde, que é o âmbito de competência ordinária do Município no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme disposto no art. 198, inciso I, da Constituição Federal.

Tal imposição, além de desconsiderar a organização federativa do SUS, afronta os princípios da razoabilidade administrativa e da legalidade, na medida em que transfere ao ente municipal responsabilidades típicas de média e alta complexidade, de atribuição dos Estados e da União.

Com efeito, contamos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com uma equipe pedagógica multidisciplinar que realiza o assessoramento direto às instituições de ensino municipais, promovendo avaliações dos alunos, adaptações curriculares, treinamentos de profissionais da educação e ações de conscientização relacionadas a alunos com necessidades especiais.

Ademais, quando essa equipe pedagógica multidisciplinar identifica que a avaliação demanda a intervenção de outro profissional, o aluno é imediatamente encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde para o respectivo acompanhamento.

Ou seja, o veto ora apresentado possui natureza estritamente jurídica, considerando que, na prática, a tutela objeto do presente projeto já vem sendo disponibilizada à população rondonense, dentro das possibilidades e competências do Município.



Rua Tiradentes, 1120
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon *Estado do Paraná*

Sendo assim, e após considerar as justificativas acima apresentadas, os integrantes da Comissão de Justiça e Redação decidem exarar parecer favorável e unânime ao Veto Parcial apresentado pelo prefeito Adriano Backes. Sala de reuniões, em 06 de agosto de 2025.

CARLINHOS SILVA

Presidente

WELYNGTON ALVES DA ROSA (CORONEL WELYNGTON)

Relator

TÂNIA APARECIDA MAION (TANIA MAION)

Membra



Rua Tiradentes, 1120
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br